



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 42, DE 2007**
(Do Sr. Vital do Rêgo Filho e outros)

Acrescenta o inciso XXIII ao artigo 37 da Constituição Federal.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta proposta de emenda à Constituição acrescenta o inciso XXIII ao artigo 37 da Constituição Federal, com vistas a vedar a aplicação do sigilo às operações econômicas, financeiras ou fiscais dos detentores de mandato eletivo.

Art. 2º Fica acrescido ao artigo 37 da Constituição Federal o seguinte inciso XXIII:

"Art. 37.

.....

XXIII – é vedada a aplicação aos detentores de mandato eletivo do sigilo de suas operações econômicas, financeiras e fiscais." (NR)

Art. 3º Esta emenda à Constituição passa a vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa a vedar a aplicação aos detentores de mandato eletivo do sigilo de suas operações econômicas, financeiras e fiscais.

Os reclamos da sociedade em face das sucessivas denúncias de desvio de dinheiro público por exercentes de mandato eletivo tornam indispensável que esta Casa de Leis, preocupada com a restauração da imagem dos Poderes da República, aprove proposições que estabeleçam regras capazes de tolher essas atitudes reprováveis e danosas ao Estado Democrático de Direito.

Tem, portanto, a proposta de emenda constitucional, que ora submetemos ao crivo de nossos eminentes pares, incontestável relevância, pois permitirá, ao lado de outras propostas que certamente surgirão, a recuperação da credibilidade nos representantes eleitos pelo povo brasileiro.

Nesse sentido, propomos a presente alteração ao texto constitucional, a qual, esperamos, venha a merecer a aprovação dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2007.

Deputado VITAL DO RÊGO FILHO

Proposição: PEC-42/2007

Autor: VITAL DO RÊGO FILHO E OUTROS

Data de Apresentação: 16/4/2007 18:08:00

Ementa: Acrescenta o inciso XXIII ao artigo 37 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:176

Não Conferem:12

Fora do Exercício:0

Repetidas:5

Ilegíveis:0

Retiradas:0

Assinaturas Confirmadas

- 1-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
- 2-ANA ARRAES (PSB-PE)
- 3-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)
- 4-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
- 5-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
- 6-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
- 7-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
- 8-ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG)
- 9-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
- 10-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)
- 11-ARNALDO JARDIM (PPS-SP)
- 12-ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)
- 13-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
- 14-ASSIS DO COUTO (PT-PR)
- 15-ÁTILA LINS (PMDB-AM)
- 16-ÁTILA LIRA (PSB-PI)
- 17-AYRTON XEREZ (DEM-RJ)
- 18-BARBOSA NETO (PDT-PR)
- 19-BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)

20-BISPO GÊ TENUTA (DEM-SP)
21-CARLITO MERSS (PT-SC)
22-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
23-CARLOS EDUARDO CADOCA (PMDB-PE)
24-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
25-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)
26-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)
27-CHICO ABREU (PR-GO)
28-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)
29-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
30-CHICO LOPES (PCdoB-CE)
31-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
32-CLAUDIO DIAZ (PSDB-RS)
33-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)
34-CRISTIANO MATHEUS (PMDB-AL)
35-DAGOBERTO (PDT-MS)
36-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
37-DAVI ALCOLUMBRE (DEM-AP)
38-DÉCIO LIMA (PT-SC)
39-DELEY (PSC-RJ)
40-DR. BASEGIO (-)
41-DR. NECHAR (PV-SP)
42-DR. TALMIR (PV-SP)
43-DR. UBIALI (PSB-SP)
44-EDINHO BEZ (PMDB-SC)
45-EDMAR MOREIRA (DEM-MG)
46-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
47-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)
48-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
49-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
50-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
51-ELIENE LIMA (PP-MT)
52-ELISEU PADILHA (PMDB-RS)
53-EUDES XAVIER (PT-CE)
54-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
55-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
56-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)
57-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
58-FELIPE MAIA (DEM-RN)
59-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
60-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
61-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
62-FERNANDO FERRO (PT-PE)
63-FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)
64-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)

- 65-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)
- 66-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)
- 67-GERVÁSIO SILVA (DEM-SC)
- 68-GILMAR MACHADO (PT-MG)
- 69-GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
- 70-GUSTAVO FRUET (PSDB-PR)
- 71-IRINY LOPES (PT-ES)
- 72-JAIME MARTINS (PR-MG)
- 73-JAIRO ATAIDE (DEM-MG)
- 74-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
- 75-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)
- 76-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
- 77-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
- 78-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
- 79-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
- 80-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)
- 81-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
- 82-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
- 83-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
- 84-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
- 85-JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA)
- 86-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
- 87-LÉO ALCÂNTARA (PR-CE)
- 88-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
- 89-LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)
- 90-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
- 91-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)
- 92-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
- 93-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)
- 94-LUIZ BASSUMA (PT-BA)
- 95-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
- 96-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
- 97-MAGELA (PT-DF)
- 98-MANATO (PDT-ES)
- 99-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
- 100-MARCELO ORTIZ (PV-SP)
- 101-MARCELO TEIXEIRA (PR-CE)
- 102-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 103-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)
- 104-MARCOS ANTONIO (PAN-PE)
- 105-MARCOS MONTES (DEM-MG)
- 106-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
- 107-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)
- 108-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
- 109-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)

- 110-MAURÍCIO RANDS (PT-PE)
- 111-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)
- 112-MAURO NAZIF (PSB-RO)
- 113-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
- 114-MENDONÇA PRADO (DEM-SE)
- 115-MIGUEL CORRÊA JR. (PT-MG)
- 116-MILTON MONTI (PR-SP)
- 117-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)
- 118-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
- 119-MUSSA DEMES (DEM-PI)
- 120-NEILTON MULIM (PR-RJ)
- 121-NÉLIO DIAS (PP-RN)
- 122-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
- 123-NELSON TRAD (PMDB-MS)
- 124-NEUCIMAR FRAGA (PR-ES)
- 125-ODAIR CUNHA (PT-MG)
- 126-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
- 127-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
- 128-OTAVIO LEITE (PSDB-RJ)
- 129-PAES LANDIM (PTB-PI)
- 130-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
- 131-PAULO PIAU (PMDB-MG)
- 132-PAULO ROBERTO (PTB-RS)
- 133-PAULO ROCHA (PT-PA)
- 134-PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE)
- 135-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
- 136-PEDRO WILSON (PT-GO)
- 137-PEPE VARGAS (PT-RS)
- 138-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
- 139-RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)
- 140-RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE)
- 141-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
- 142-REBECCA GARCIA (PP-AM)
- 143-REGINALDO LOPES (PT-MG)
- 144-REGIS DE OLIVEIRA (PSC-SP)
- 145-REINALDO NOGUEIRA (PDT-SP)
- 146-ROBERTO BALESTRA (PP-GO)
- 147-RODRIGO MAIA (DEM-RJ)
- 148-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
- 149-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
- 150-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
- 151-RUBENS OTONI (PT-GO)
- 152-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
- 153-SANDRO MATOS (PR-RJ)
- 154-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)

155-SÉRGIO BRITO (PDT-BA)
156-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
157-SILAS CÂMARA (PAN-AM)
158-SILVINHO PECCIOLI (DEM-SP)
159-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
160-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
161-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
162-TATICO (PTB-GO)
163-VADÃO GOMES (PP-SP)
164-VALADARES FILHO (PSB-SE)
165-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
166-VICENTINHO (PT-SP)
167-VIGNATTI (PT-SC)
168-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)
169-WALTER PINHEIRO (PT-BA)
170-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
171-WILLIAM WOO (PSDB-SP)
172-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)
173-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
174-ZÉ GERALDO (PT-PA)
175-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
176-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)

Assinaturas que Não Conferem

1-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP)
2-ARNALDO VIANNA (PDT-RJ)
3-DAMIÃO FELICIANO (S.PART.-PB)
4-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
5-JUVENIL ALVES (S.PART.-MG)
6-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)
7-NERI GELLER (PSDB-MT)
8-PAULINHO DA FORÇA (PDT-SP)
9-PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA)
10-RAUL HENRY (PMDB-PE)
11-SILVIO LOPES (PSDB-RJ)
12-ULDURICO PINTO (PMN-BA)

Assinaturas Repetidas

1-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)
2-ELIENE LIMA (PP-MT)
3-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
4-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
5-ODAIR CUNHA (PT-MG)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
.....

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

**Artigo "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.*

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

**Inciso "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

**Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001.*

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

**Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.*

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

**Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.*

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 1998.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 1998.*

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

**Artigo "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO